

Diagnóstico da situação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e da Regulação dos Serviços nas 100 maiores cidades brasileiras



FICHA TÉCNICA

Instituto Trata Brasil

O Instituto Trata Brasil é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – que tem como objetivo coordenar uma ampla mobilização nacional para que o País possa atingir a universalização do acesso à coleta e ao tratamento de esgoto.

PARCEIROS

EQUIPE TÉCNICA

Alceu de Castro Galvão Junior (Pesquisador-Colaborador) – Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Hidráulica e Saneamento e Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Coordenador de Saneamento Básico da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – Arce. Autor e editor de livros sobre regulação e planejamento do setor de saneamento básico. Ganhador do Prêmio Jabuti 2012, com o 3º lugar na categoria ciências exatas. Professor Credenciado no Programa de Saúde Pública da ENSP/Fiocruz.

Frederico Araújo Tuolla – Doutor e Mestre em Economia de Empresas pela FGV/SP, com intercâmbio em Economia Internacional e Finanças na Universidade de Brandeis (EUA). Bacharel em Economia pela UFJF. Vice-Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Internacional (PMDGI/ESPM). Professor de Economia em programas de MBA em Finanças e em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios da FGV. Sócio da Pezco Microanalysis.

Cleveland Prates Teixeira – Mestre em Economia de Empresas pela FGV/SP, bacharel em Ciências Econômicas pela USP. Foi Conselheiro do CADE, Secretário Adjunto de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda e Coordenador-Geral de Comércio e Serviços e de Investigação de Cartéis da mesma Secretaria. É professor de Economia no GVLaw - programa de pós-graduação da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e na FIPE-USP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Régilla Márcia Paulo Nascimento – Graduada em Tecnologia em Saneamento Ambiental (IFCE-Fortaleza/CE).

Aline Maria Baldez Custódio – Graduada em Engenharia Sanitária e Ambiental (IFCE-Maracanaú/CE).

A Pezco Microanalysis é uma consultoria econômica brasileira que nasceu da fusão de duas marcas, a Pezco e a Microanalysis, e potencializa a experiência dos sócios e a reputação conquistada por ambas em diversas práticas de consultoria econômico-financeira. A empresa é formada por economistas com sólida formação profissional e acadêmica, e se propõe a resolver problemas analíticos complexos e pouco estruturados.

Contato comercial

Daniel Oliveira Sales

E-mail: daniel.sales@pezco.com.br

Al. Santos, 1.293 – 5º/6º andares – cjs 54/64 - São Paulo-SP

Telefones: 11 3582 5509 11 2737 6041 Fax 11 2177 6042

Website: www.pezco.com.br

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. ESCOPO DOS PLANOS.....	6
3. METODOLOGIA.....	8
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	11
4.1. Universo da Pesquisa	11
4.2. Resultado Geral	12
4.3. Análise dos Planos Existentes para todos os Componentes	13
4.4. Análise dos Planos Existentes com PMSB contemplando o Esgotamento Sanitário ..	16
4.4.1. Quanto ao Conteúdo do Plano.....	17
4.4.2. Quanto ao Controle Social	20
4.4.3. Quanto ao Esgotamento Sanitário	22
5. MUNICÍPIOS QUE NÃO POSSUEM PLANO.....	29
6. REGULAÇÃO.....	30
7. COMPARAÇÃO COM O RANKING DO TRATA BRASIL	32
8. CONCLUSÕES.....	34
9. ANEXOS	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participação do universo pesquisado na população brasileira.	12
Quadro 2 – Amostra da pesquisa.	13
Quadro 3 – Planos por componente.	14
Quadro 4 – Endereços eletrônicos dos Planos Municipais de Saneamento Básico.....	27
Quadro 5 – Municípios pesquisados e suas respectivas Agências Reguladoras.	31
Quadro 6 – Universalização do Esgotamento Sanitário para Melhores e Piores do Ranking do Trata Brasil.....	33
Quadro 7 – Municípios que atenderam integralmente o Marco Regulatório.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de municípios pesquisados por unidade da federação.	12
Gráfico 3 – Situação dos PMSB com esgotamento sanitário.....	14
Gráfico 3 – Componentes do saneamento básico contemplados nos PMSB (amostra de 63 PMSB) ¹	15
Gráfico 4 – Existência de diagnóstico (amostra de 58 PMSB) ¹	18
Gráfico 5 – Existência de objetivos e metas para universalização (amostra de 58 PMSB) ¹	18
Gráfico 6 – Existência de ações de emergência e contingência (amostra de 58 PMSB) ¹	19
Gráfico 7 – Existência de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira (amostra de 58 PMSB) ¹	19
Gráfico 8 – Existência de mecanismos de participação social (amostra de 58 Municípios) ¹	21
Gráfico 9 – Tipos de mecanismos de participação e controle social (amostra de 58 Municípios) ¹	22
Gráfico 10 – Ano de coleta integral de esgotos dos municípios pesquisados (amostra de 52 Municípios) ¹	23
Gráfico 11 – Ano de tratamento integral dos esgotos coletados dos municípios pesquisados (amostra de 48 Municípios) ¹	24
Gráfico 12 – Perspectivas dos investimentos em saneamento nos Municípios após o PMSB (amostra de 28 municípios) ¹	28
Gráfico 13 – Situação dos PMSB nos Municípios que não dispõem de plano (amostra de 34 Municípios).....	30

1. INTRODUÇÃO

Após um longo período de baixos investimentos em esgotamento sanitário, o Brasil acumulou um déficit histórico na mais básica das infraestruturas. Hoje, mais de 35 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável, menos da metade dos brasileiros possuem acesso à coleta de esgotos e somente 38% dos esgotos do país são tratados. Isso gerou, em 2011, cerca de 400 mil internações por diarreia por todo o país (estudo¹ lançado pelo Instituto Trata Brasil em 2013), sendo 53% desses casos em crianças de 0 a 5 anos, além de enorme poluição ambiental aos rios urbanos em grandes cidades e mesmo em belíssimos cartões postais, como a Baía da Guanabara).

Outra pesquisa² recém divulgada pelo Trata Brasil mostrou que o país desperdiça bilhões de reais em saúde pública, implicando em redução de produtividade dos trabalhadores, piora do aprendizado escolar com as faltas na escola, perda de oportunidade de gerar milhares de postos de trabalho e renda em turismo, entre muitos outros problemas.

A Lei n. 11.445/2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico, definiu o planejamento como instrumento fundamental para se alcançar o acesso universal aos serviços de saneamento básico, o que contribuirá para reverter a situação exposta anteriormente. Todos os municípios devem formular as suas políticas públicas visando à universalização, sendo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) o instrumento de definição de estratégias e diretrizes.

Além disto, o PMSB é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico (art. 11). Em função disso, o Decreto n. 7.217/2010, que regulamentou a Lei n. 11.445/2007, estabeleceu que, a partir do exercício financeiro de 2014, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico (§2º, art. 26). Porém, este prazo foi prorrogado para o exercício

¹ Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/doencas-x-saneamento-2>

² Disponível em <http://tratabrasil.org.br/estudo-beneficios-da-expansao-do-saneamento-brasileiro>

financeiro de 2016 em 21 de março de 2014, por meio do Decreto federal n. 8.211. Além disto, este Decreto vinculou o acesso a recursos da União a existência de organismos de controle social até dezembro de 2014. Cabe destacar que a nova prorrogação não criou nenhum incentivo para aqueles Municípios que se empenharam em cumprir o prazo anterior, o que se torna um fator desestimulante para o cumprimento dos dispositivos legais relacionados ao saneamento.

Outro aspecto necessário de esclarecimento é que, o prazo dado pelo Decreto n. 8.211/2014 para o exercício de 2016, é relacionado somente à condição de acesso a recursos da União. Ou seja, do ponto de vista da regularidade contratual, o prazo estabelecido pela Lei n. 11.445/2007, foi 31 de dezembro de 2010 (art. 58).

A celeridade na elaboração do Plano está diretamente relacionada às condições para que o Município possa universalizar o saneamento básico de forma mais ágil e planejada, em sintonia com as regras de ocupação do solo, da expansão imobiliária, de proteção ao meio ambiente, entre outras.

Diante da linha de atuação do Instituto Trata Brasil de apoiar as ações em busca de melhoria da gestão do saneamento em todos os níveis – municipal, estadual e federal, o presente estudo, realizado em parceria com a Pezco Microanalysis, tem o objetivo analisar o desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) nos 100 maiores municípios do País. O referido estudo complementa a pesquisa “Ranking do Saneamento”³ divulgada recentemente pelo Instituto com base nos mesmos 100 municípios.

2. ESCOPO DOS PLANOS

A Lei n. 11.445/2007 (Lei de Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico, LNSB), conceitua a universalização da prestação dos serviços (art. 2º) como *a ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico* (art. 3º,

³ Ranking do Saneamento 2013, disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento>.

inc. III). No contexto da Lei n. 11.445/2007, são componentes do saneamento básico o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, os quais devem ser objeto do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O conteúdo do Plano de Saneamento Básico deve abranger, no mínimo, os seguintes elementos (art. 19):

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

São ainda requisitos para os Planos Municipais de Saneamento Básico:

- Ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos (§ 3º, art. 19);
- Ser revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual (§ 4º, art. 19);
- Ter assegurada ampla divulgação de suas propostas e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas (§ 5º, art. 19);

- Apresentar estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico (II, art. 11);
- Dispor de uma entidade reguladora para verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços (parágrafo único, art. 20).

Desta forma, não basta somente elaborar o PMSB: É preciso que o Plano seja um verdadeiro instrumento do município na execução de sua política de saneamento com vistas à universalização dos serviços, e que tenha contemplado os requisitos do conteúdo mínimo, a viabilidade econômico-financeira, a participação da população durante os processos de formulação do planejamento, e que disponha de entidade reguladora para verificar o cumprimento das metas previstas.

3. METODOLOGIA

Basicamente, para elaboração do cenário de elaboração dos planos de saneamento básico dos 100 maiores municípios do país, foram realizadas coleta, tratamento e análise das informações. A metodologia da pesquisa consistiu das seguintes etapas:

1ª Etapa: Envio do questionário (**Anexo I**) por meio do email pesquisa@pezco.com.br para os emails das Prefeituras Municipais;

2ª Etapa: Contato telefônico com as Prefeituras Municipais, reforçando a solicitação realizada por meio do questionário;

3ª Etapa: Contato com os prestadores de serviços por meio da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – AESBE e do Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – SINDCON, além de algumas agências reguladoras. Dos 100 Municípios, **52** responderam à pesquisa (**Anexo II**), através das Prefeituras, Prestadores de Serviços e Agências Reguladoras;

4ª Etapa: Foram consultadas bases secundárias de informações com vistas a subsidiar as respostas daqueles Municípios que não aderiram à pesquisa, bem como

complementar àquelas que responderam as perguntas de forma parcial. Assim, foram buscados na *internet* os Planos Municipais de Saneamento Básico dos 100 municípios (46 planos encontrados), leis de aprovação dos planos e documentos oficiais (18 achados) e informações da Imprensa (21 notícias), cujo balanço é apresentado no **Anexo II**.

Quanto ao preenchimento do questionário, este foi realizado de duas formas: por fonte primária, quando respondida pelo município, prestador e entidade reguladora; ou secundária, quando por *download* dos PMSB e informes oficiais da internet, notícias de imprensa, etc. A resposta primária foi considerada nesta pesquisa como a principal resposta, se sobrepondo aos demais tipos de respostas obtidas em fontes secundárias. Estes dados secundários orientaram o preenchimento dos questionários pela equipe técnica da Pezco Microanalysis.

O período de coleta de dados ocorreu entre os dias 24 de janeiro a 14 de abril de 2014, perfazendo 81 dias. O longo período de coleta de dados demonstra o grau de dificuldade de obtenção de informações em saneamento que, segundo a Lei n. 11.445/2007 e seu Decreto regulamentador, n. 7.217/2010, deveriam transparentes e acessíveis:

Lei n. 11.445/2010

Art. 2o Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:

...

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

Art. 26 Deverá ser assegurado publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

...

§ 2º A publicidade a que se refere o caput deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na rede mundial de computadores - internet.

Decreto 7.217/2010

Art. 26. A elaboração e a revisão dos planos de saneamento básico deverão efetivar-se, de forma a garantir a ampla participação das comunidades, dos movimentos e das entidades da sociedade civil, por meio de procedimento que, no mínimo, deverá prever fases de:

...

§ 1º A divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores - internet e por audiência pública.

Após a coleta dos dados e informações prosseguiu-se à etapa de tratamento. São mostradas a seguir algumas situações que exemplificam a forma de tratamento dos dados recebidos e/ou coletados.

Piracicaba/SP: O município respondeu ao questionário, porém a informação “volume total de investimentos em esgotamento sanitário previsto no Plano (R\$)” não foi preenchida. Para suprir esta lacuna, foi consultado o PMSB de Piracicaba – relatório esgotamento sanitário – o qual se encontra disponível no *link*: http://www.semaepiracicaba.sp.gov.br/attachments/8084_135%20-%20Plano%20de%20Saneamento%20do%20SES%20de%20Piracicaba%20-%20Volume%20Unico.pdf. Desta forma, a informação foi obtida e complementado o questionário.

Vitória da Conquista/BA: Preliminarmente, o município não respondeu ao questionário. Consultado o *site* do município, foi encontrada uma informação datada de 27 de fevereiro de 2014 de que a Prefeitura assinou contrato com a Fundação de Administração e Pesquisa Econômico Social – FAPES para montagem do Termo de Referência para futura elaboração do Plano de Saneamento Básico

(<http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/noticias/governo-municipal-contrata-empresa-especializada-para-elaboracao-de-terminos-de-referencia-de-planos-municipais/#sthash.zYoHQ4In.dpuf>). Assim, tal informação secundária foi considerada, com origem no *site* da Prefeitura Municipal. Posteriormente, foi recebido o questionário preenchido pelo Município, cujos dados foram somados as informações coletadas na *internet*.

Gravataí/RS: Inicialmente não houve resposta do Município ao questionário. Após consulta na *internet*, foi achado um *blog* de acompanhamento das ações do Plano Municipal de Saneamento Básico de Gravataí (<http://planodesaneamento-gravatai.blogspot.com.br/>), cuja última postagem, tratava de uma reunião realizada em 11 de dezembro de 2013, para avaliação do estágio dos trabalhos relacionados à etapa de diagnóstico. Posteriormente, a informação foi ratificada por meio de questionário encaminhado pelo Prestador de Serviços.

Também foram identificados, por meio de *download* do próprio plano ou por coleta de notícias de imprensa, situações em que vários municípios possuíam o PMSB, somente para a componente limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Por fim, foram também comparados o *ranking*⁴ do Trata Brasil em relação à existência do PMSB, aos requisitos legais, participação social e existência de agência reguladora.

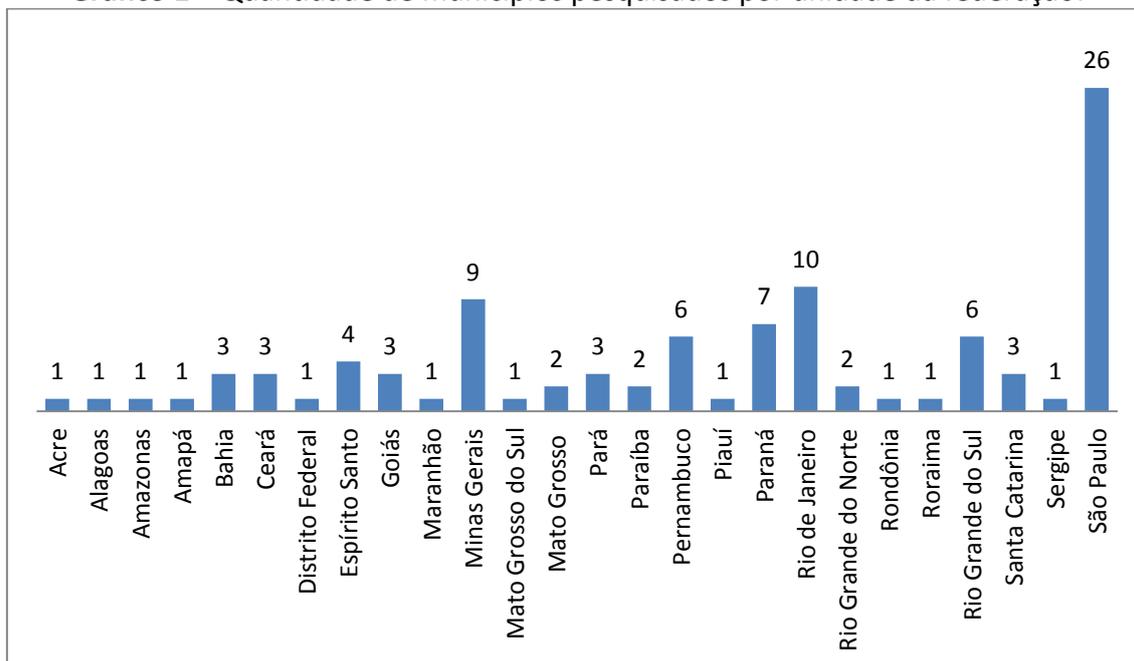
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Universo da Pesquisa

Esta pesquisa foi aplicada nos 100 (cem) maiores municípios do país em termos de população, distribuídos em 25 (vinte e cinco) estados mais o Distrito Federal. O **Gráfico 1** mostra a quantidade de municípios pesquisados por unidade da federação.

⁴ Ranking do Saneamento 2013, disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento>.

Gráfico 1 – Quantidade de municípios pesquisados por unidade da federação.



Da análise do **Gráfico 1**, tem-se que o percentual de municípios pesquisados por região foi: centro-oeste (7%), nordeste (20%), norte (8%), sudeste (49%) e sul (16%).

O **Quadro 1** apresenta a população dos 100 maiores municípios em relação à população brasileira de acordo com a situação de moradia (urbana e rural). A amostra representa cerca de 40% da população brasileira.

Quadro 1 - Participação do universo pesquisado na população brasileira.

População	Urbana	Rural	Total
Brasil (hab.)	160.925.792	29.830.007	190.755.799
100 municípios (hab.)	75.511.613	1.297.838	76.809.451
(em %)	46,9	4,4	40,3

4.2. Resultado Geral

Do universo de municípios pesquisados (100), **66** possuem PMSB, **34** não possuem PMSB, como mostra o **Quadro 2**.

Quadro 2 – Amostra da pesquisa.

Características	Número Absoluto
Amostra dos municípios pesquisados	100
Municípios com planos elaborados	66
Municípios sem planos elaborados	34

Mesmo após sete anos de vigência da LNSB, a quantidade de planos de saneamento encontrados nos 100 maiores municípios brasileiros foi 66, inferior ao esperado, considerando a relevância que essa lei atribuiu ao Plano de Saneamento Básico como instrumento para universalização dos serviços. Assim, não é razoável ter 34% dos Municípios do porte dos 100 analisados, ainda sem os planos, e sem respectivas metas de universalização definidas, haja vista tratem-se municípios com maiores disponibilidade de recursos, corpo técnico, conhecimento da Lei, etc.

4.3. Análise dos Planos Existentes para todos os Componentes

No tocante a análise dos planos identificados, inicialmente buscou-se conhecer os componentes do saneamento básico nos 66 planos encontrados. Na sequência, trabalhou-se apenas com aqueles planos em cujo conteúdo foi contemplado, pelo menos, o esgotamento sanitário, reduzindo-se a amostra para 58 planos. Ou seja, dentre os 66 planos elaborados, apenas 58 o fizeram contendo a componente esgotamento sanitário. A ausência de esgotamento sanitário impacta diretamente na saúde e qualidade de vida das pessoas. De acordo com Trata Brasil (2010), os gastos do SUS com internações por diarreia dos 100 maiores municípios do país, associadas à deficiência em saneamento básico, sobretudo em esgotamento sanitário, foi de cerca de R\$ 23 milhões.

O **Quadro 3** mostra os componentes abrangidos pelos 66 planos encontrados. Com efeito, pouco mais da metade dos planos (34) teve abrangência completa, seguido por planos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com 15 ocorrências. Por outro lado, em 3 (três) planos não foi possível identificar os componentes

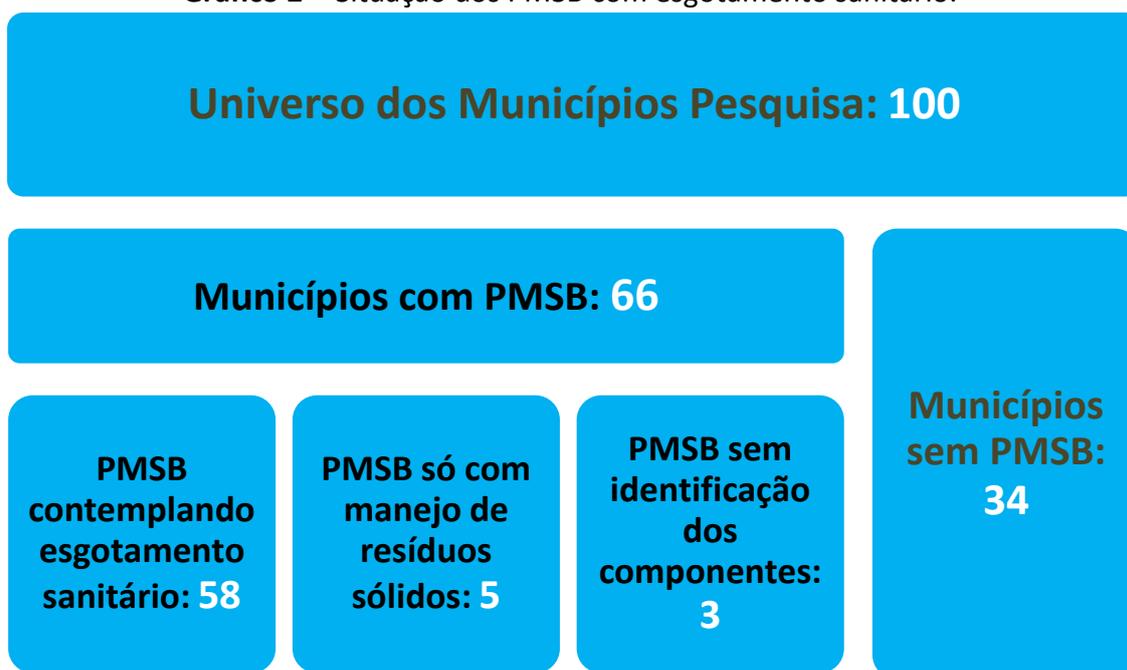
contemplados, cujas únicas fontes de informação foram as notícias de imprensa e um documento oficial que indicava a elaboração do plano.

Quadro 3 – Planos por componente.

Características	Quant.
Planos que contemplaram abast. de água, esgot. sanitário , manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais	34
Planos com apenas abast. de água e esgot. sanitário	15
Planos com abast. de água, esgot. sanitário e manejo de resíduos sólidos	5
Planos com abast. de água, esgot. sanitário e drenagem de águas pluvias	1
Planos com somente esgot. sanitário	3
Planos com somente manejo de resíduos sólidos	5
Planos onde não foi possível identificar os componentes.	3
Municípios sem Planos	34
Total	100

O **Gráfico 2** apresenta outra forma de visualização dos dados mostrados no **Quadro 3**.

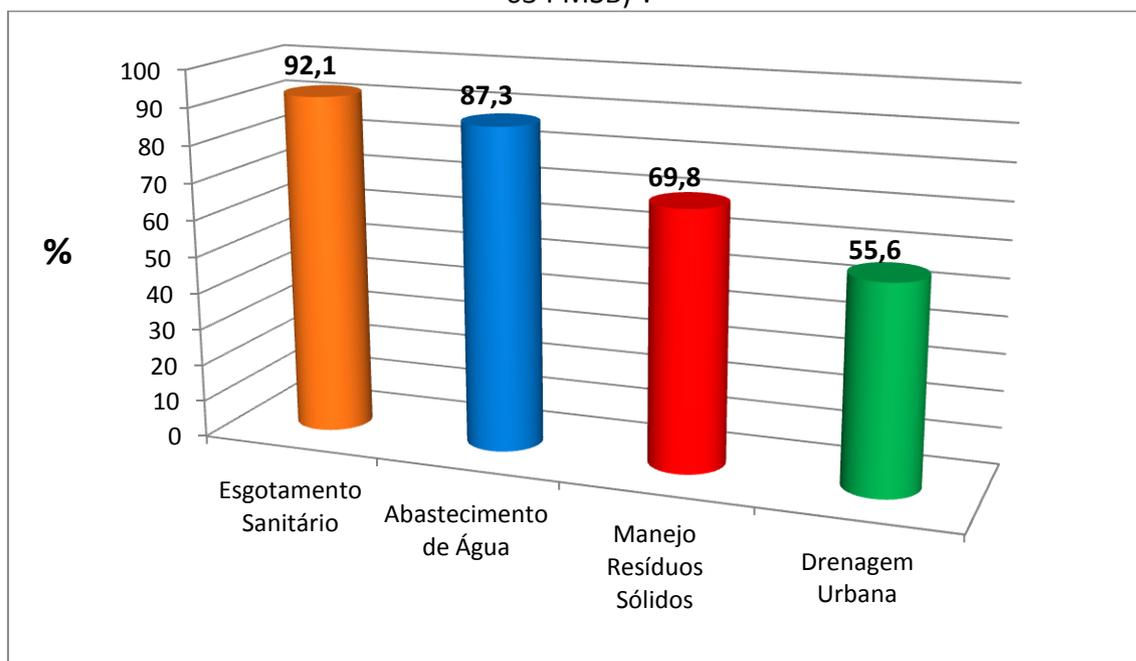
Gráfico 2 – Situação dos PMSB com esgotamento sanitário.



Com efeito, aquele Município que não tiver seu Plano considerando os 4 (quatro) componentes, de fato, não estará cumprindo a Lei n. 11.445/2007, estando sujeito a sanções do Ministério Público e Tribunais de Contas, notadamente àqueles sujeitos a serviços contratados.

Dentre os planos elaborados cujos componentes foram possíveis de identificar (63), o esgotamento sanitário foi o mais contemplado, em 92,1% dos planos, seguido pelo abastecimento de água, com 87,3%. Já o manejo de resíduos sólidos foi contemplado em 69,8% dos planos, enquanto a drenagem urbana foi encontrada em apenas 55,6%, como mostra o **Gráfico 3**.

Gráfico 3 – Componentes do saneamento básico contemplados nos PMSB (amostra de 63 PMSB)¹.



1 – Dos 66 PMSB existentes, em 63 foi possível identificar os componentes do saneamento básico contemplados no Plano.

Os valores encontrados no **Quadro 3** e no **Gráfico 3** podem, em parte, ser explicados pelos seguintes aspectos:

- Forte incentivo dos prestadores de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, notadamente as Companhias Estaduais de Saneamento Básico, para elaboração do plano exclusivamente para estes componentes;

– Planos específicos para um só componente em função de projetos especiais, como a Parceria Público-Privada (PPP) para o esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Recife;

– Planos para o componente resíduos sólidos, que incorporaram em um só produto o Plano Municipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS), objeto da Lei n. 12.305/2010 e o Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMSB – Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos), referente a Lei n. 11.445/2007.

Por outro lado, a elaboração fragmentada dos diversos componentes pode implicar na perda de visão integrada do saneamento, conceituada como um dos princípios da Lei n. 11.445/2007 (II, art. 2º).

4.4. Análise dos Planos Existentes com PMSB contemplando o Esgotamento Sanitário

Neste item serão abordados apenas aqueles Municípios que possuem em seu PMSB, pelo menos, o componente **esgotamento sanitário**. Assim, nesta análise, aqueles planos que, por exemplo, contemplaram somente a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos foram descartados (5 Planos), assim como aqueles onde não foram identificados os componentes tratados no Plano (3). Portanto, a amostra analisada neste item é de **58 PMSB**.

Cabe ressaltar que, dos componentes do saneamento básico, o esgotamento sanitário é o que irá requerer o maior volume de investimentos para a universalização do setor. Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab, dos R\$ 508,4 bilhões para a universalização, o esgotamento sanitário necessita de R\$ 181,4 somente para medidas estruturais⁵ (35,7 % do total).

⁵ De acordo com PLANSAB, medidas estruturais correspondem aos tradicionais investimentos em obras, com intervenções físicas relevantes nos territórios, para a conformação das infraestruturas físicas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. São evidentemente necessárias para suprir o déficit de cobertura pelos serviços e a proteção da população quanto aos riscos epidemiológicos, sanitários e patrimonial. Por outro lado, por medidas estruturantes são entendidas aquelas que fornecem suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços. Encontram-se tanto na esfera do

4.4.1. Quanto ao Conteúdo do Plano

A Lei 11.445/2007, em seu art. 19, que trata do conteúdo mínimo dos PMSBs, estabeleceu, entre outros, os seguintes itens que deverão constar nos planos:

- Diagnóstico da situação do saneamento básico no município;
- Objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para universalização;
- Ações para emergência e contingência.

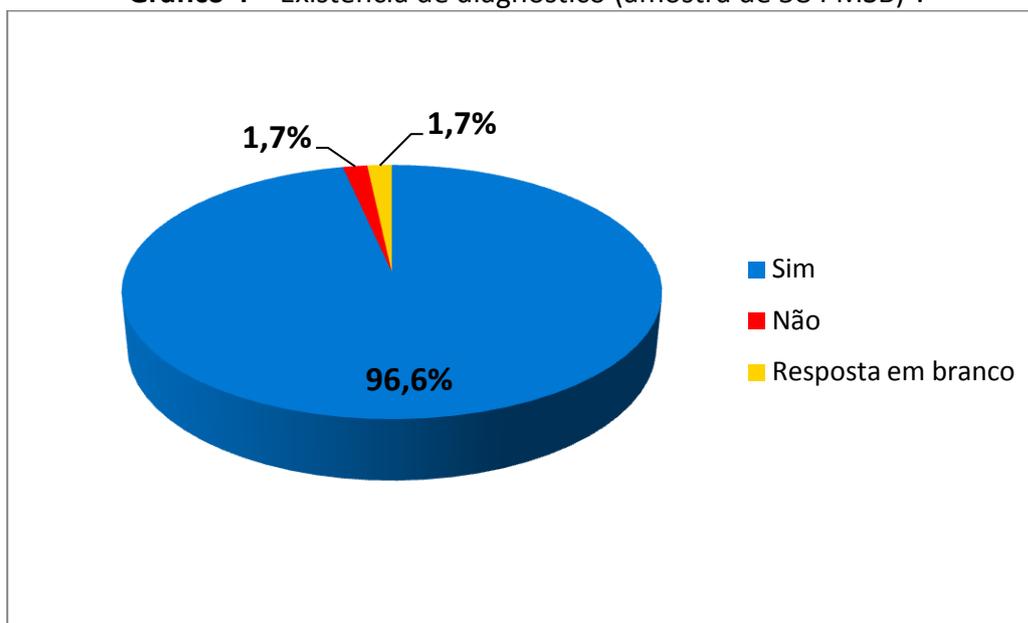
Ainda no art. 19, foram definidos dois outros requisitos básicos dos PMSB, quais sejam:

- Estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira para a prestação dos serviços e;
- Mecanismos para a participação popular e controle social.

Ou seja, estes requisitos são obrigatórios para a legalidade do Plano Municipal de Saneamento Básico.

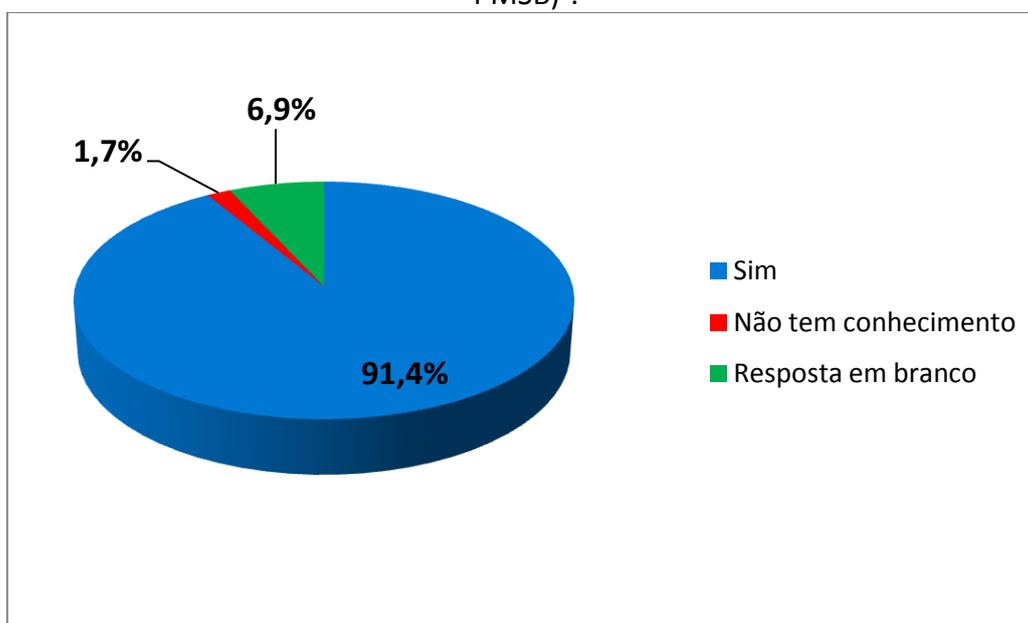
Os **Gráficos 4 a 7** mostram, dentre os planos elaborados e que tinham pelo menos o componente esgotamento sanitário, ou seja, 58 planos, a situação quanto ao atendimento do conteúdo mínimo (art. 19, Lei n. 11.445/2007). Os resultados são apresentados em termos percentuais.

Gráfico 4 – Existência de diagnóstico (amostra de 58 PMSB)¹.



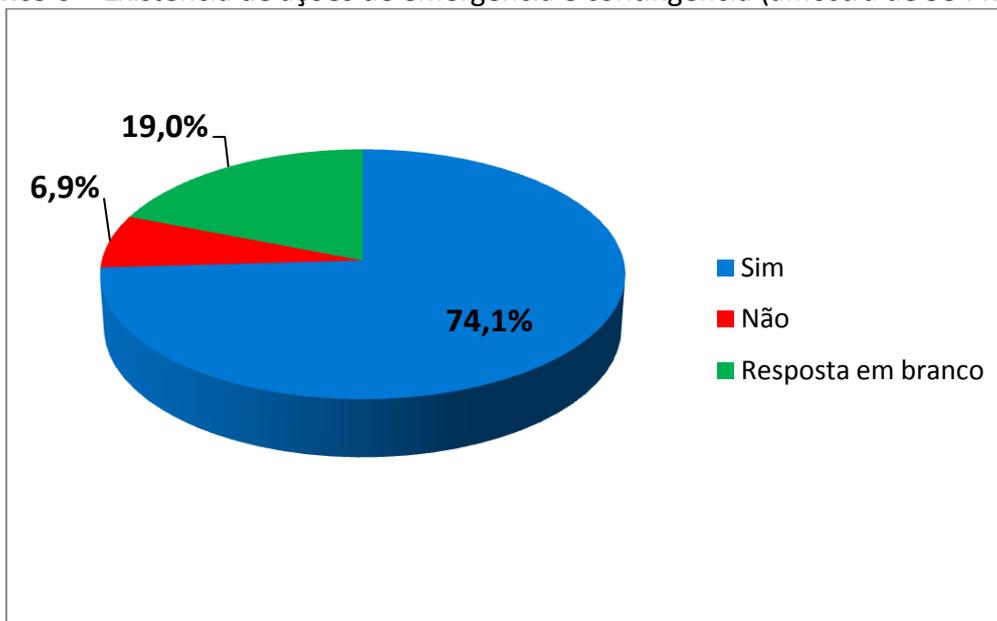
1 –58 municípios que tinham PMSB com pelo menos, esgotamento sanitário.

Gráfico 5 – Existência de objetivos e metas para universalização (amostra de 58 PMSB)¹.



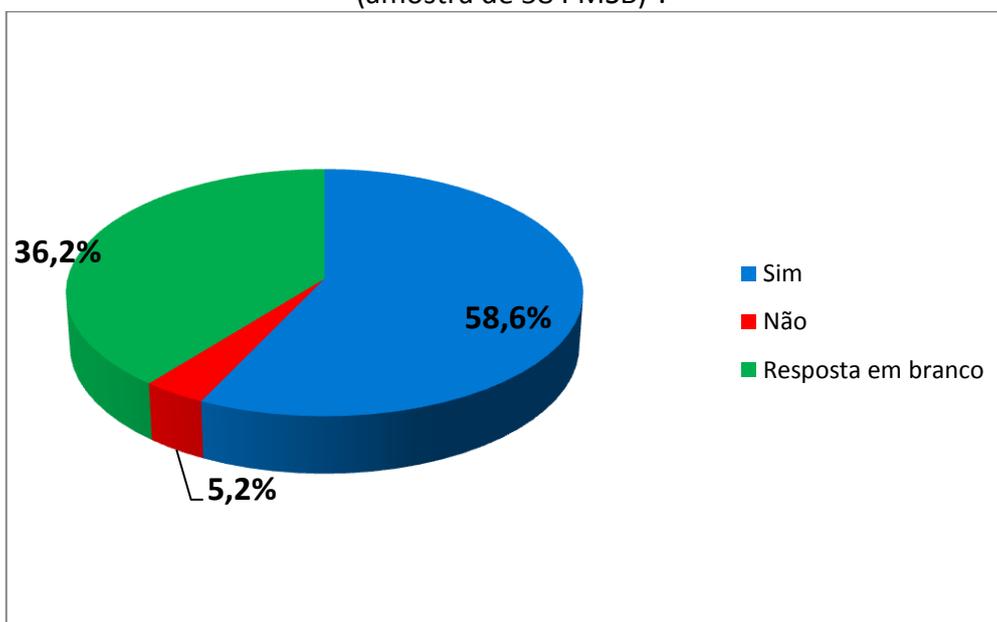
1 –58 municípios que tinham PMSB com pelo menos, esgotamento sanitário.

Gráfico 6 – Existência de ações de emergência e contingência (amostra de 58 PMSB)¹.



1 –58 municípios que tinham PMSB com pelo menos, esgotamento sanitário.

Gráfico 7 – Existência de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira (amostra de 58 PMSB)¹.



1 –58 municípios que tinham PMSB com pelo menos, esgotamento sanitário.

De forma geral, o conteúdo mínimo do plano foi atendido na maioria dos planos, no tocante a existência de diagnóstico, objetivos e metas de universalização, e ações de emergência e contingência. Porém, ressalta-se o baixo nível de atendimento em

relação ao estudo de viabilidade econômico-financeiro, com 58,6% em termos de respostas afirmativas.

A qualidade dos estudos de viabilidade econômico-financeira nos planos não foi objeto de análise nesta pesquisa. Entretanto, em uma breve observação do material obtido, é possível sugerir que esses aspectos apresentaram tratamento superficial ou com baixo atendimento a requisitos técnicos típicos desse tipo de análise. Este é um aspecto importante para pesquisas futuras na medida em que a viabilidade econômico-financeira é um elemento central de qualquer estratégia voltada para a universalização dos serviços de saneamento básico.

4.4.2. Quanto ao Controle Social

A Constituição de 1998 assegurou diversas formas de controle social na formulação e definição de políticas públicas, regulamentada em cada legislação setorial, como no caso do saneamento básico, seja no processo de construção das políticas (elaboração do Plano de Saneamento Básico), seja na etapa de implementação. A participação social foi definida como fundamental na elaboração do PMSB haja vista ser a sociedade a principal beneficiada por este instrumento de planejamento.

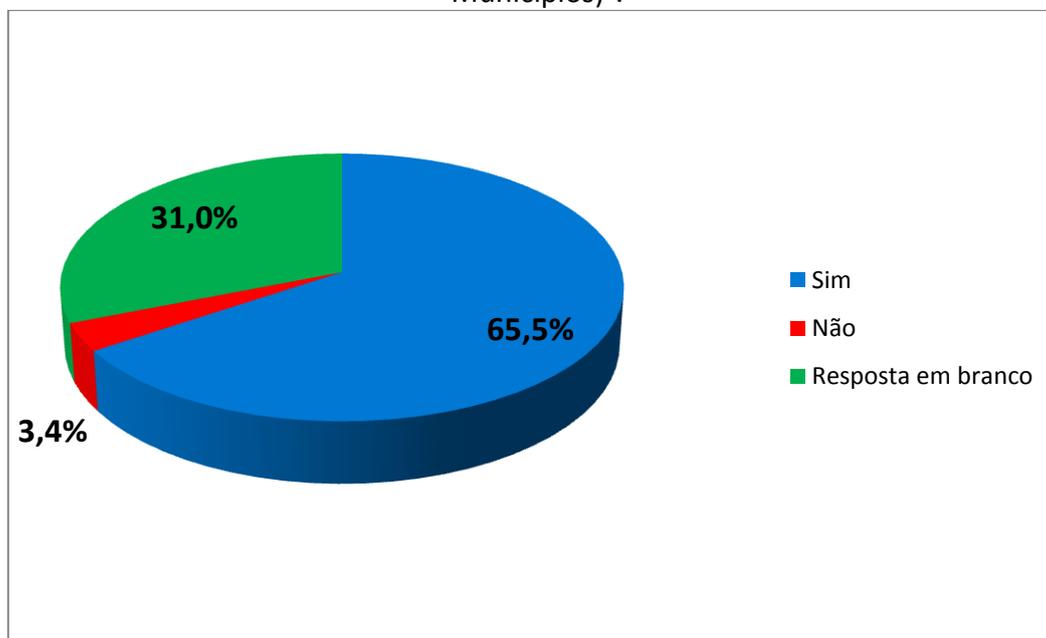
Diante do exposto, foi investigado o nível de participação da sociedade no processo de elaboração do Plano de Saneamento Básico, por meio da identificação dos tipos de mecanismos de participação social utilizados (**Gráficos 8 e 9**).

O resultado apresentado no **Gráfico 8** foi influenciado por aqueles municípios que não responderam à pesquisa, cujas informações foram preenchidas com base em dados secundários, por meio de análise do conteúdo do plano. Vale ressaltar que, de forma geral, estes planos não mostram as informações de como se deu o controle social durante a construção do Plano, o que não permite identificar o real nível de participação da sociedade nesse processo. Ou seja, não ficou registrado no PMSB se a população teve acesso às informações, se apropriou do processo de elaboração, participando de forma direta ou por meio de representação, ou se a participação social

se deu de forma apenas consultiva e para cumprimento legal, nas audiências públicas ou consultas.

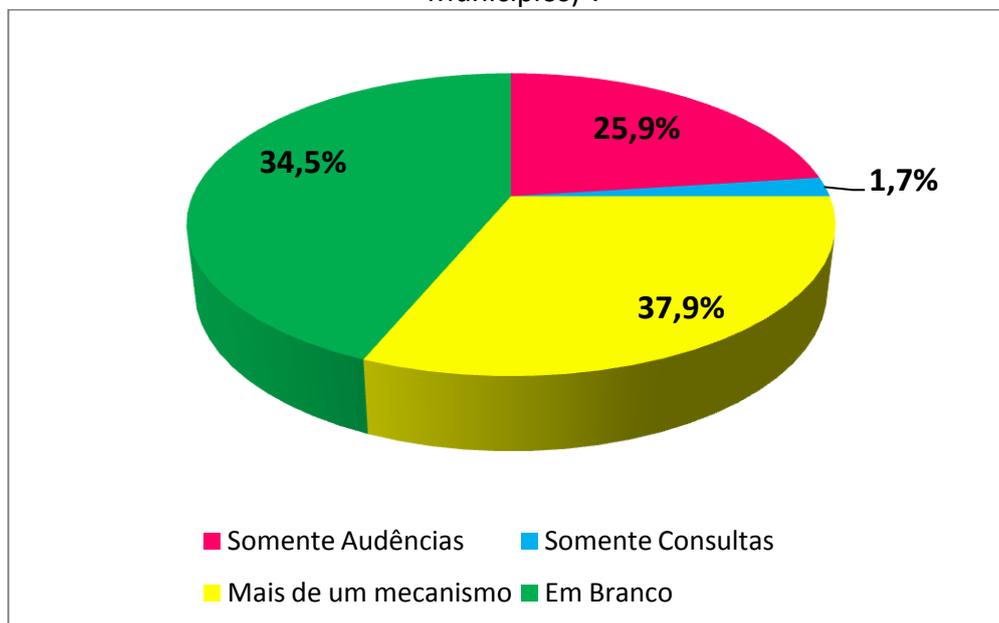
Assim, dos **58** municípios, foi possível identificar em **38**, a existência de mecanismos de participação social no processo de elaboração dos PMSB. Já o **Gráfico 9** mostra que, 37,9% da amostra, equivalente a 22 PMSB, respondeu que utilizou mais de um mecanismo de controle social durante a elaboração do plano, em geral audiências e consultas públicas.

Gráfico 8 – Existência de mecanismos de participação social (amostra de 58 Municípios)¹.



1 – 58 municípios que tinham PMSB com pelo menos, esgotamento sanitário.

Gráfico 9 – Tipos de mecanismos de participação e controle social (amostra de 58 Municípios)¹.

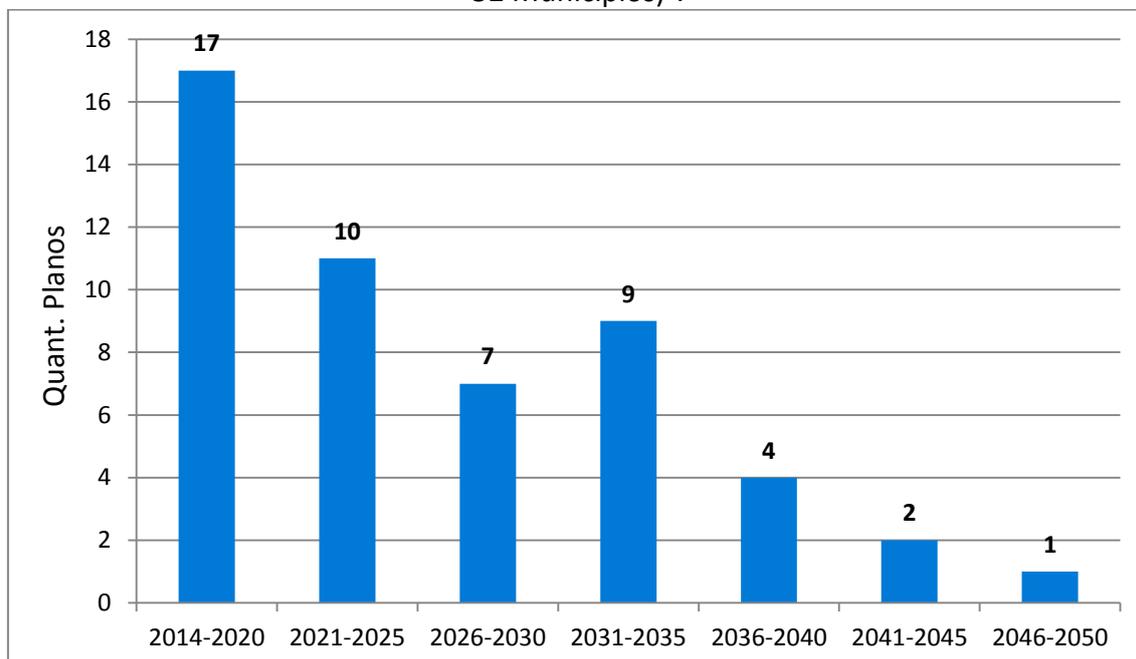


1 – 58 municípios que tinham PMSB com pelo menos, esgotamento sanitário.

4.4.3. Quanto ao Esgotamento Sanitário

Quanto à universalização dos serviços de esgotamento sanitário, inicialmente foi perguntado o ano de coleta integral dos esgotos. Dos 58 municípios que elaboraram seus planos, incluindo pelo menos a componente esgotamento sanitário, 52 apresentaram metas para universalização da coleta de esgotos. O **Gráfico 10** mostra o resultado por faixa de ano, considerados períodos de 5 (cinco) anos. Em relação aos outros 6 (seis) municípios, 3 (três) declararam ter universalizada a coleta (Piracicaba, Limeira e Franca) e, em 3 (três), não foi possível identificar o ano previsto para a universalização da coleta.

Gráfico 10 – Ano de coleta integral de esgotos dos municípios pesquisados (amostra de 52 Municípios)¹.

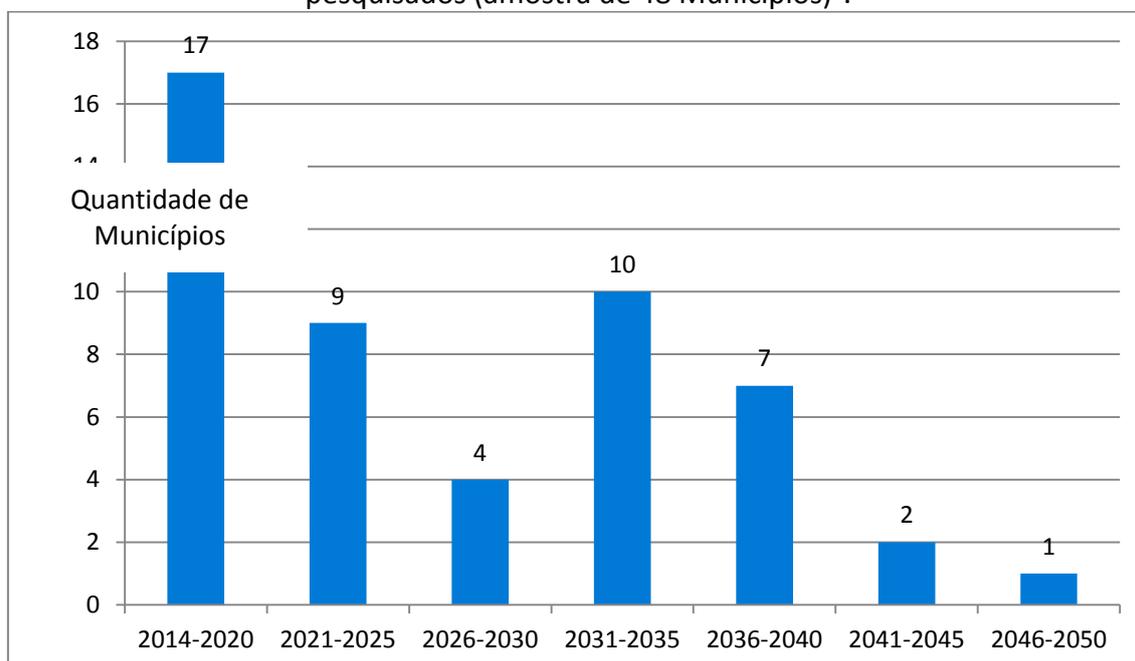


1 – Dos 58 municípios que tinham PMSB com pelo menos, esgotamento sanitário, 52 apresentaram metas de universalização da coleta de esgotos.

Observa-se neste gráfico que 43 municípios pretendem universalizar a coleta de esgotos até o ano de 2035, prazo este próximo ao estabelecido pelo Plansab (2033) para a universalização no País, o que representa 74,1% da amostra dos Municípios com PMSB, que tem pelo menos o esgotamento sanitário. Ou seja, 25,9% da amostra pretende universalizar a coleta de esgotos após o prazo estabelecido pelo Plansab.

Outra pergunta tratou de identificar o ano de tratamento integral dos esgotos. Dos 58 municípios que elaboraram seus planos, incluindo pelo menos a componente esgotamento sanitário, 48 possuem metas para universalização do tratamento de esgotos. O **Gráfico 11** mostra o resultado por faixa de ano, considerados períodos de 5 (cinco) anos. Em relação aos outros 10 municípios, 3 (três) declararam ter universalizado o tratamento (Santos, Franca e Guarujá), e, em 7 (sete), não foi possível identificar o ano previsto para a universalização do tratamento.

Gráfico 11 – Ano de tratamento integral dos esgotos coletados dos municípios pesquisados (amostra de 48 Municípios)¹.



1 – Dos 58 municípios que tinham PMSB com pelo menos, esgotamento sanitário, 48 apresentaram metas de universalização do tratamento de esgotos.

Pode-se observar que, 40 municípios pretendem universalizar o tratamento de esgotos até o ano 2035, prazo este próximo ao estabelecido pelo Plansab (2033) para a universalização no País, o que representa 69,0% da amostra dos Municípios com PMSB, que tem pelo menos o esgotamento sanitário. Ou seja, 31,0% da amostra pretende universalizar o tratamento de esgotos após o prazo estabelecido pelo Plansab.

Já a média de universalização da coleta e do tratamento integral dos esgotos dos Municípios analisados nos **Gráficos 10 e 11** foi idêntica, prevista para o ano de 2027.

Dentre os planos elaborados com o componente esgotamento sanitário (58), 48 planos quantificaram o volume de investimentos previstos em esgotamento sanitário. A soma total desses investimentos equivaleu a R\$ 25,1 bilhões, o que representa média de cerca de R\$ 523,7 milhões por Município e/ou R\$ 921,7 por habitante.

Não foi possível com as informações disponíveis, estabelecer quais planos possuem os menores ou maiores custos *per capita*, pois se tratam de municípios com diferentes

estágios de cobertura de esgotamento sanitário (há municípios que não dispõem de infraestrutura, enquanto outros têm a coleta parcial ou integral, faltando apenas o tratamento), assim como esses municípios possuem diferentes configurações físicas e demográficas.

4.4.4. Quanto a Gestão do Plano

Dos municípios com planos elaborados com pelo menos o esgotamento sanitário (58), apenas 26 responderam acerca da estrutura que dispõem para administrar o PMSB. Destes, 4 (quatro) terão seus planos geridos por várias instituições de forma concomitante dentro do mesmo município (diversas secretarias com participação de uma agência reguladora, por exemplo), enquanto 22 terão uma estrutura exclusiva para a administração do PMSB, discriminados da seguinte forma:

- 11 (onze) secretarias municipais;
- 3 (três) departamentos de saneamento;
- 2 (duas) agências reguladoras;
- 3 (três) Conselhos; e
- 3 (três) prestadores de serviços.

O dado agravante deste quesito é que a maior parte dos Municípios não respondeu a pergunta (32 dos 58 que tinham PMSB, com pelo menos esgotamento sanitário), o que pode sinalizar que não possuem ou não sabem da existência de estrutura para administrar os PMSB. Sem a referida estrutura, os Planos podem virar “instrumentos de prateleira”, assim como aconteceu com diversos outros planos de responsabilidade dos Municípios. Vale ressaltar que dentre as funções do titular dos serviços públicos municipais de saneamento, ou seja, as prefeituras municipais, a função de planejamento é única indelegável, ou seja, é de responsabilidade exclusiva do titular, podendo a prestação, a fiscalização e a regulação serem delegadas (Lei 11.445/2007, art. 8º).

Com efeito, a Lei n. 11.445/2007 busca, por meio de seus diversos instrumentos, criar uma nova cultura para a gestão dos serviços de setor de saneamento básico, o que irá demandar quadros técnicos e estrutura administrativa para implementar os Programas, Projetos e Ações, entre outros. A pesquisa Munic 2011 do IBGE já havia detectado que, dos 5.565 municípios brasileiros, somente em 30% deles há estrutura na área de saneamento. Desta forma, o baixo nível de respostas replica a situação encontrada na Munic, além do agravante de ter sido declarado que entidades como agências reguladoras e conselhos serem responsáveis pela administração dos planos, função esta incompatível com o caráter dessas entidades.

4.4.5. Quanto à transparência do plano

A transparência é um dos princípios da Lei n. 11.445/2007 e a disponibilização dos planos na internet deve ser obrigatória para que a sociedade possa acompanhar o atendimento das metas de universalização. Dos 58 planos elaborados e que possuíam pelo menos o componente esgotamento sanitário, 39 tinham endereços eletrônicos, onde os planos podem ser consultados, como mostra o **Quadro 4**.

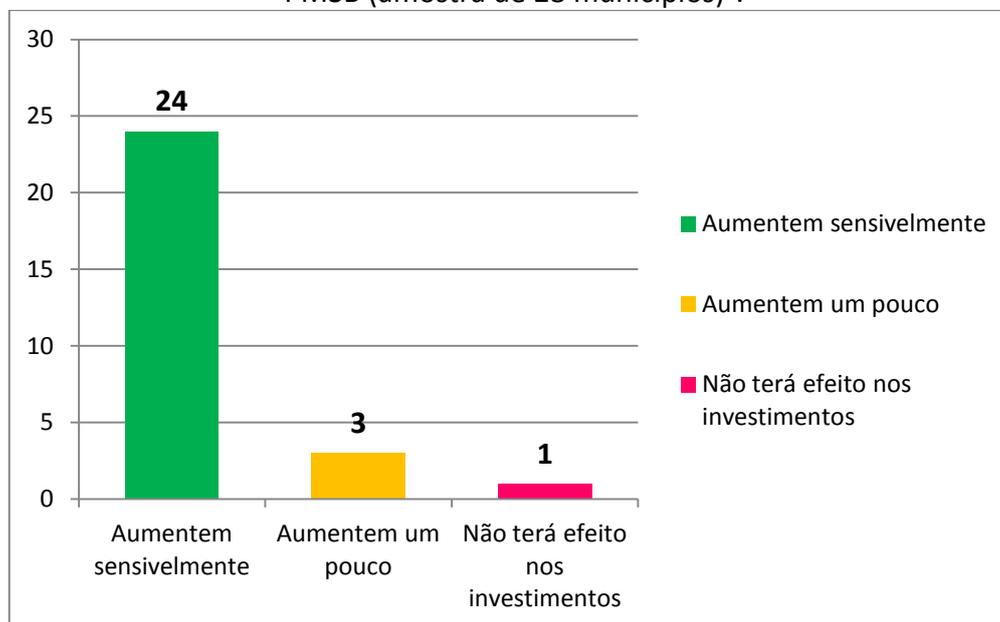
Quadro 4 – Endereços eletrônicos dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Cidade	Endereço Eletrônico
Juiz de Fora/MG	www.planodesaneamento.pjf.mg.gov.br
Uberlândia/MG	http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6527.pdf
Belo Horizonte/MG	http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=19768&chPlc=19768&&pldPlc=&app=salanoticias
Santos/SP	http://www.saneamento.sp.gov.br/PMS/UGRHI07/PMS_SANTOS.pdf
Piracicaba/SP	http://www.semaepiracicaba.sp.gov.br/
Franca/SP	www.franca.sp.gov.br (link => gestão ambiental)
Diadema/SP	http://www.saned.com.br/portal/institucional/pmsb
São Paulo/SP	http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/fmsai/index.php?p=21595
Mauá/SP	http://www.maua.sp.gov.br/
Taubaté/SP	http://www.saneamento.sp.gov.br/PMS/UGRHI02/PMS_TAUBATE.pdf
São José dos Campos/SP	http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/obras/simisa/plano_municipal.aspx
Sorocaba/SP	http://www.saneamento.sp.gov.br/PMS/UGRHI10/PMS_SOROCABA.pdf
Santo André/SP	http://www2.semasa.sp.gov.br/sites/default/files/Resumo_Executivo_PMSB.pdf
São Bernardo do Campo/SP	http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns2/pqt_container_novo2.asp?srcpg=planosaneamento&area=plano&tipo=Plano%20de%20Saneamento%20B%E1sico&unidade=plano
São Vicente/SP	http://www.saneamento.sp.gov.br/PMS/UGRHI07/PMS_SAOVICENTE.pdf
Praia Grande/SP	http://www.saneamento.sp.gov.br/PMS/UGRHI07/PMS_PRAIAGRANDE.pdf
Campinas/SP	http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/plano-saneamento-basico.php
Mogi das Cruzes/SP	http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/semac/
Osasco/SP	http://leismunicipa.is/hqrm
Guarujá/SP	http://www.saneamento.sp.gov.br/PMS/UGRHI07/PMS_GUARUJA.pdf
Rio de Janeiro/RJ	http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/126674/DLFE-210115.pdf/1.0
Nova Iguaçu/RJ	http://pmsbnovaiguacu.blogspot.com.br/
Curitiba/PR	http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/consulta-publica-smma/1111
Maringá/PR	http://www.maringa.pr.gov.br/saneamento/
Ponta Grossa/PR	http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/diario-oficial/2013-12-13-Ed1161.pdf
Foz do Iguaçu/PR	http://leismunicipa.is/iejqd
São José dos Pinhais/PR	http://www.pinhais.pr.gov.br/uploadAddress/pmsb_2012[3361].pdf
Serra/ES	http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L40102013.html
Canoas/RS	www.leismunicipais.com.br
Porto Alegre/RS	http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmae/default.php?p_secao=352
Salvador/BA	http://www.infraestrutura.salvador.ba.gov.br/consultapublica/arquivos/VOLUME_II-PMSB_Sv-06-12.pdf
Campo Grande/MS	http://www.imasul.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=148340
São Luís/MA	http://www.saoluis.ma.gov.br/frmpagina.aspx?id_pagina_web=515
Petrolina/PE	http://www.petrolina.pe.gov.br/2010/armup2.php
Mossoró/RN	http://www.prefeiturademossoro.com.br/audiencia/
Cuiabá/MT	http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/plano_municipal_de_saneamento_vale.pdf
Florianópolis/SC	http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/habitacao/?cms=plano+integrado+de+saneamento+basico
Blumenau/SC	http://www.samae.com.br/arquivos/Plano_de_saneamento.pdf
Joinville/SC	http://prefeituradigital.joinville.sc.gov.br/categoria/3-31-Viva+Cidade.html

4.4.6. Quanto a Expectativa do Plano

Dentre aqueles municípios que dispõem de plano, tendo pelo menos o esgotamento sanitário (58), e que responderam a pergunta quanto à expectativa de investimentos após o PMSB (28), 24 municípios acreditam que o plano poderá aumentar sensivelmente os investimentos em saneamento, 3 (três) acreditam que os investimentos terão pouco aumento e 1 (um) acredita que o plano não terá efeitos sobre os investimentos, como mostra o **Gráfico 12**.

Gráfico 12 – Perspectivas dos investimentos em saneamento nos Municípios após o PMSB (amostra de 28 municípios)¹.



1 – Dos 58 municípios que tinham PMSB com pelo menos, esgotamento sanitário, 28 responderam quanto à expectativa acerca dos investimentos.

Desta forma, observa-se que o setor criou uma expectativa positiva quanto ao planejamento e que deve ser concretizada na medida em que o Governo Federal vincule a liberação de recursos aos programas, projetos e ações previstos no PMSB, nos termos do art. 55 do Decr. n. 7.217/2010, a saber:

Art.55. A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União **serão feitos em conformidade com os planos de saneamento básico** e condicionados

§ 1º O atendimento ao disposto no caput e seus incisos é condição para qualquer entidade de direito público ou privado:

I - Receber transferências voluntárias da União destinadas a ações de saneamento básico;

II - Celebrar contrato, convênio ou outro instrumento congêneres vinculado a ações de saneamento básico com órgãos ou entidades federais; e

III - Acessar, para aplicação em ações de saneamento básico, recursos de fundos direta ou indiretamente sob o controle, gestão ou operação da União, em especial os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. [grifo nosso]

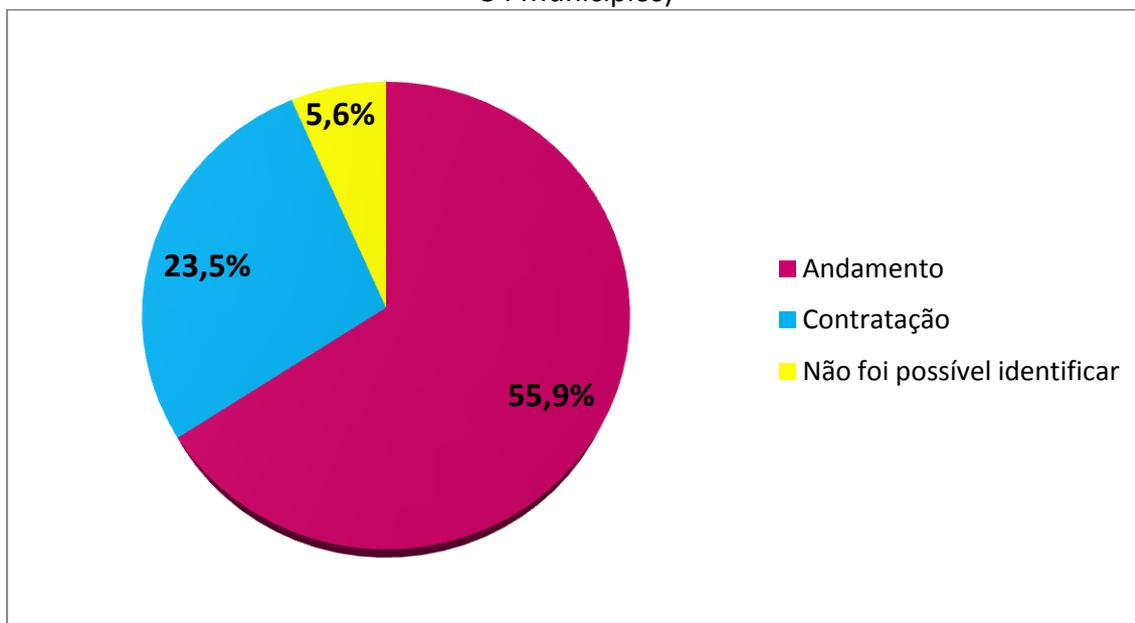
5. MUNICÍPIOS QUE NÃO POSSUEM PLANO

Quanto à situação dos PMSB para aqueles Municípios que não possuem planos (34), o **Gráfico 13** mostra os percentuais por situação.

Pode-se observar que a grande maioria, ou seja, 55,9% estão com os planos em andamento, com previsão de conclusão para no máximo dezembro de 2014. Já 23,5% estavam com os planos em contratação. Em 7 (sete) municípios que não dispõem de planos, não foi possível identificar o andamento do plano.

Com efeito, tal situação pode demonstrar certo descaso por parte dos gestores públicos, haja vista que a Lei n. 11.445/2007 já tem mais de 7 (sete) anos desde a sua promulgação, portanto, de conhecimento das Prefeituras Municipais. Ressalta-se, mais uma vez, a prerrogativa indelegável do poder público municipal no planejamento da política pública de saneamento e na elaboração dos PMSB

Gráfico 13 – Situação dos PMSB nos Municípios que não dispõem de plano (amostra de 34 Municípios)



6. REGULAÇÃO

Independente da situação do PMSB (concluído, em andamento, em contratação ou nenhuma destas situações), **56** municípios dispõem de Agência Reguladora. O **Quadro 5** mostra a lista dos Municípios e suas respectivas agências reguladoras. Além das fontes de consulta informadas anteriormente, foram pesquisados os *sites* das agências reguladoras. Por exemplo, para o estado de São Paulo, buscou-se validar a informação contida nos planos de Saneamento Básico nas listas dos municípios regulados pela Arsesp (<http://www.arsesp.sp.gov.br/SitePages/saneamento/municipios-conveniados-saneamento.aspx>), ARES-PCJ (www.arespcj.com.br) e da Agência de Mauá (ARSAE).

É fundamental a estruturação das agências reguladoras, pois a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços é exclusivo destas entidades. Assim, o Município, mesmo tendo o seu PMSB, pode continuar não atendendo a Lei n. 11.445/2007, caso não tenha uma agência reguladora própria ou não tenha delegado esta função a uma agência estadual ou consorciada. Este é também mais um grande desafio, pois 45 Municípios ainda não constituíram sua regulação setorial, condição esta para a validade dos contratos de saneamento (III, art. 11, Lei n. 11.445/2007).

Quadro 5 – Municípios pesquisados e suas respectivas Agências Reguladoras.

Município	Agência Reguladora
Belo Horizonte, Juiz de Fora, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Montes Claros	ARSAE (MG)
Uberlândia	CRESAN (MG)
Piracicaba, Campinas e Limeira	ARES – PJC (SP)
Mauá	ARSAE-MAUA (SP)
São Bernardo do Campo	AR-SBC (SP)
Franca, São Paulo, Suzano, Itaquaquecetuba, São José dos Campos, Mogi das Cruzes e São Vicente	ARSESP (SP)
Brasília	ADASA (DF)
Maringá	AMR (PR)
Ponta Grossa	ARAS (PR)
Caucaia e Juazeiro do Norte	ARCE (CE)
Fortaleza	ACFOR (CE)
Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica	ARSI (ES)
Salvador	ARSAL (BA)
Feira de Santana e Vitória da Conquista	AGERSA (BA)
Gravataí e Canoas	AGERGS (RS)
Campo Grande	AGEREG (MS)
Petrolina	ARMUP (PE)
Paulista, Olinda e Recife	ARPE (PE)
Natal	ARSBAN (RN)
Boa Vista	AMSAB (RR)
Cuiabá	AMAES (MT)
Florianópolis	AGESAN (SC)
Blumenau	AGIR (SC)
Joinville	AMAE (SC)
Teresina	ARSETE (PI)
Manaus	ARSAM (AM)
Rio Branco	AGEAC (AC)
Anápolis, Aparecida de Goiânia e Goiânia	AGR (GO)
Belém	AMAE (PA)
Ananindeua e Santarém	ARCON (PA)
Campina Grande e João Pessoa	ARPB (PB)

7. COMPARAÇÃO COM O RANKING DO TRATA BRASIL

Por fim, este item tratou de avaliar a situação dos Planos de Saneamento, componente esgotamento sanitário, para os 10 melhores e piores Municípios do ranking do Trata Brasil⁶, conforme apresentado no **Quadro 6**.

Segundo este quadro, dos 10 melhores Municípios classificados, apenas 2 (dois) não possuem Planos para o componente para o esgotamento sanitário. Desta forma, 2 (dois) Municípios já universalizaram a coleta e os demais 6 (seis) que dispõem de PMSB, a perspectiva média de universalização é para o ano 2023. No tocante ao tratamento, 2 (dois) também já universalizaram, e para os demais 6 (seis) que dispõem de PMSB, a média para universalização é para o ano 2023.

Já entre os 10 piores do *ranking* do Trata Brasil, 4 (quatro) ainda não possuem seus PMSB. Dos que possuem (6), a média para universalização da coleta e do tratamento de esgotos são, respectivamente, 2029 e 2032, o que se trata de um sinal positivo, haja vista estar dentro do horizonte de planejamento do Plansab (2033).

⁶ Ranking do Saneamento 2013, disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento>.

Quadro 6 – Universalização do Esgotamento Sanitário para Melhores e Piores do Ranking do Trata Brasil.

Posição Ranking	Município	Tem Plano para o esgotamento sanitário?	Ano de Universalização Esgoto – PMSB	
			Coleta	Tratamento
1	Uberlândia/MG	Sim	2020	2014
2	Jundiaí/SP	Não		
3	Maringá/PR	Sim	2019	2019
4	Limeira/SP	Sim	Já Existe	2016
5	Sorocaba/SP	Sim	2019	2019
6	Franca/SP	Sim	Já Existe	Já Existe
7	São José dos Campos/SP	Sim	2016	2016
8	Santos/SP	Sim	2039	Já Existe
9	Ribeirão Preto/SP	Não		
10	Curitiba/PR	Sim	2024	2034
91	Aparecida de Goiânia/GO	Sim	2015	2015
92	Teresina/PI	Não		
93	São Luís/MA	Sim	2027	2037
94	Duque de Caxias/RJ	Não		
95	Porto Velho/RO	Sim	2039	2039
96	Belém/PA	Sim	2033	2033
97	Jaboatão dos Guararapes/PE	Não		
98	Macapá	Não		
99	Santarém	Sim	2032	2032
100	Ananindeua	Sim	2030	2030

Outra forma de análise em relação ao ranking do Trata Brasil seria comparar os municípios em relação a todos os requisitos do Plano em relação a Lei n. 11.445/2007, ou seja:

- No PMSB devem constar todos os componentes do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente) – **III, art. 2º;**
- Conteúdo mínimo do PMSB (diagnóstico, objetivos e metas, ações de emergência e contingência) – **I a V, art. 19;**
- Viabilidade econômico-financeira do Plano (**II, art. 11**);
- Participação social na elaboração do PMSB (**§ 5º, art. 19**);
- Regulação (**parágrafo único, art. 20**).

Desta forma, entende-se que, somente àqueles municípios que atenderam a todos estes requisitos estão aderentes a Lei n. 11.445/2007.

De acordo com a informação disponível, é possível atestar no **Quadro 7** os municípios que atenderam integralmente ao marco regulatório setorial, cujo detalhamento é apresentado no **Anexo IV**.

Quadro 7 – Municípios que atenderam integralmente o Marco Regulatório.

Município	Ranking Trata Brasil
Uberlândia/MG	1
Limeira/SP	4
Franca/SP	6
Piracicaba/SP	22
Campinas/SP	28
Florianópolis/SC	33
Juiz de Fora/MG	37
Mogi das Cruzes/SP	58
Mauá/SP	62
Itaquaquecetuba/SP	66
Juazeiro do Norte/CE	76
Canoas/RS	89

Há ainda 3 (três) municípios que atendem todos os requisitos, exceto ter agência reguladora, como nos casos de Santo André, Mogi das Cruzes, Cascavel e Pelotas.

Portanto, somente 12 municípios dos 100 maiores do país atendem integralmente a Lei n. 11.445/2007.

8. CONCLUSÕES

A quantidade de planos de saneamento encontrados nos 100 maiores municípios brasileiros, de 66 municípios, aos sete anos de vigência da LNSB, é inferior ao esperado, considerando a relevância que essa lei atribuiu ao Plano de Saneamento Básico como instrumento para universalização dos serviços. Ademais, ao considerarem-se todos os requisitos da Lei n. 11.445/2007 (plano com todos os componentes, conteúdo mínimo, participação social e regulação), somente foi possível

identificar 12 municípios de uma total dos 100 maiores que atendem integralmente ao marco regulatório.

Pode-se concluir também que existe grande dificuldade em obter informações sobre os serviços de saneamento básico nos municípios, o que pode demonstrar pouca transparência. As principais dificuldades encontradas foram: identificação dos contatos (telefones, e-mails, setor, etc) das prefeituras municipais e dos envolvidos diretamente com a elaboração dos planos; longo período de tempo (oitenta e um dias) para preenchimento dos questionários, seja pela dificuldade em contatar e obter resposta das prefeituras, seja pela inexistência de canais de divulgação dos PMSB nos endereços eletrônicos e sites das prefeituras; número reduzido de municípios que dispõe de agências reguladoras, para acompanhar e fiscalizar o andamento dos PMSB; insuficiência ou inexistência de sistemas municipais de informações em saneamento; entre outras.

Desta forma, transparece a insuficiência de vários mecanismos institucionais importantes nos 100 maiores municípios, em aspectos como a presença de regulação independente, o controle social dos serviços, a compatibilização dos planos com os estudos de viabilidade que lhes dão suporte, a construção de um sistema de informações em saneamento, entre outros. Esta situação pode contribuir para que o próprio Plano perca sua importância como instrumento de universalização da prestação dos serviços. Ademais, atesta que, nem todos os requisitos legais da Lei n. 11.445/2007 estão sendo cumpridos.

Porém, com base no estudo realizado, é possível identificar que a Lei de Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico promoveu avanços importantes no setor, pelo menos entre os 100 maiores municípios brasileiros, assim como os desafios remanescentes para sua efetividade não são de pequena monta.

9. ANEXOS

ANEXO I – QUESTIONÁRIO

ANEXO II – BALANÇO DA PESQUISA

ANEXO III – QUESTIONÁRIO DOS MUNICÍPIOS QUE TINHAM O PMSB ELABORADO

ANEXO IV – QUESTIONÁRIO DOS MUNICÍPIOS QUE NÃO TINHAM O PMSB ELABORADO

**ANEXO V – ADERENCIA DOS MUNICÍPIOS AO MARCO REGULATÓRIO SETORIAL
QUANTO AO PLANEJAMENTO**

ANEXO I – QUESTIONÁRIO

Questionário Trata Brasil – Planos Municipais de Saneamento Básico

Município:

Estado:

Respondente/E-mail:

Telefone:

Favor responder o questionário abaixo, marcando a caixa de seleção correspondente à resposta, ou por escrito/numérico, quando necessário.

1. O município já dispõe de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)?

- Sim Não

Se sim, favor responder as perguntas a seguir, exceto as questões 14, 15 e 16. Se não, pule para a questão 14.

2. Quais os componentes do saneamento básico que o PMSB englobou?

- Abastecimento de água Resíduos sólidos
 Esgotamento sanitário Drenagem urbana

3. Foi realizado diagnóstico da situação do saneamento básico no município para identificação das deficiências?

- Sim Não Não tem conhecimento

4. Foram apresentadas alternativas para a universalização dos serviços de saneamento básico, com definição de objetivos e metas de curto, médio e longo prazo?

- Sim Não Não tem conhecimento

5. Qual o ano em que os serviços de esgotamento sanitário serão universalizados?

a. Ano de coleta integral dos esgotos:

b. Ano de tratamento integral dos esgotos coletados:

6. Qual o volume total de investimentos em esgotamento sanitário previstos no Plano?

R\$

7. Foram apresentadas ações para emergência e contingência?

- Sim Não Não tem conhecimento

8. Foi apresentado estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira para a prestação dos serviços?

- Sim Não Não tem conhecimento

9. Foram criados espaços e mecanismos para a participação popular e controle social na elaboração do PMSB?

- Sim Não Não tem conhecimento

10. Se sim para a pergunta anterior, quais os mecanismos utilizados?

- Audiência pública Consulta pública Seminários Conferência

11. Após o Plano de Saneamento, sua expectativa é que os investimentos em saneamento no município?

- Aumentem sensivelmente Reduzam sensivelmente
 Aumentem um pouco O plano não terá efeito nos investimentos
 Reduzam um pouco

12. Qual a estrutura que o município dispõe para administrar o PMSB?

- Secretaria Municipal de Saneamento Básico Grupo Técnico em Saneamento
 Departamento de Saneamento Básico Divisão de Saneamento
 Outros: Não Existe

13. Indicar o endereço eletrônico onde o PMSB está disponível?

14. Se não possui PMSB, qual a situação atual?

- Em andamento Em contratação Nenhuma das situações anteriores

15. Se o PMSB está em andamento, qual a previsão de conclusão?

Mês Ano

16. Se o PMSB está em contratação, qual a previsão de início de elaboração?

Mês Ano

17. Independente da situação do PMSB (concluído, em andamento, em contratação ou nenhuma destas situações), o município já dispõe de Agência Reguladora?

- Sim Não

18. Se sim, qual a Agência Reguladora?

ANEXO II – BALANÇO DA PESQUISA

UF	Município	Contato		Respondeu ⁷	Não respondeu - forma alternativa de resposta		
		Por email	Por telefone		Encontrado PMSB	Documento Oficial	Imprensa
MG	Belo Horizonte	1	1		1		
	Uberaba	1	1	1			
	Juiz de Fora	1	1	1	1		
	Contagem	1	1			1	
	Montes Claros	1	1	1			
	Uberlândia	1	1	1	1		
	Betim	1	1		1		1
	Ribeirão das Neves	1	1			1	1
	Governador Valadares	1	1			1	
SP	Santos	1	1		1		
	Jundiaí	1	1	1	1		1
	Piracicaba	1		1			
	Franca	1	1	1			1
	Ribeirão Preto	1	1	1	1	1	1
	Diadema	1	1		1		
	Limeira	1		1			
	São Paulo	1	1		1		
	Mauá	1	1	1	1		
	Taubaté	1	1		1		
	São José dos Campos	1	1		1		
	Sorocaba	1	1		1		
	Guarulhos	1	1		1		
	Santo André	1			1		
	São Bernardo do Campo	1	1		1		
	Bauru	1	1				1
	Praia Grande	1	1		1		
	São José do Rio Preto	1	1	1			
	Suzano	1	1	1			
	Campinas	1	1	1	1		
Mogi das Cruzes	1	1	1				
Osasco	1	1				1	
São Vicente	1		1	1			
Carapicuíba	1	1			1		

⁷ Respondido pelo Município, Prestador do Serviço ou pela Agência Reguladora.

UF	Município	Contato		Respondeu ²	Não respondeu - forma alternativa de resposta		
		Por email	Por telefone		Encontrado PMSB	Documento Oficial	Imprensa
SP	Guarujá	1			1		
	Itaquaquecetuba	1	1	1			1
DF	Brasília	1	1	1			
RJ	São João de Meriti	1	1				1
	Rio de Janeiro	1			1		
	Belford Roxo	1	1	1		1	1
	Nova Iguaçu	1		1	1		
	Duque de Caxias	1	1			1	
	São Gonçalo	1	1	1			
	Volta Redonda	1	1	1			
	Niterói	1				1	
	Campos dos Goytacazes	1	1	1			
	Petrópolis	1				1	
PR	Curitiba	1	1		1		
	Maringá	1	1		1		
	Ponta Grossa	1	1		1		
	Londrina	1	1	1	1		
	Cascavel	1	1	1			1
	São José dos Pinhais	1	1		1		
	Foz do Iguaçu	1			1		
CE	Caucaia	1				1	
	Fortaleza	1		1	1		
	Juazeiro do Norte	1			1		
ES	Vitória	1		1			
	Serra	1	1		1	1	
	Vila Velha	1		1			
	Cariacica	1			1		
BA	Salvador	1			1		
	Feira de Santana	1		1			
	Vitória da Conquista	1		1		1	
RS	Caxias do Sul	1	1				1
	Santa Maria	1	1	1			
	Porto Alegre	1	1		1		
	Gravataí	1		1			1

UF	Município	Contato		Respondeu ²	Não respondeu - forma alternativa de resposta		
		Por email	Por telefone		Encontrado PMSB	Documento Oficial	Imprensa
RS	Canoas	1	1	1			1
	Pelotas	1	1	1			
GO	Goiânia	1		1			
	Anápolis	1		1		1	
	Aparecida de Goiânia	1		1			
MS	Campo Grande	1			1		
MA	São Luís				1		
PB	Campina Grande	1	1	1			1
	João Pessoa	1	1	1			
PE	Petrolina	1			1		
	Paulista	1	1		1		
	Caruaru	1		1	1		1
	Olinda	1			1		
	Recife	1			1		
	Jaboatão dos Guararapes	1	1	1	1		
AL	Maceió	1	1			1	1
RN	Natal	1	1	1			
	Mossoró	1	1		1		
RR	Boa Vista	1				1	
MT	Cuiabá	1	1	1	1		
	Várzea Grande	1	1				1
SE	Aracaju	1	1	1			
SC	Florianópolis	1	1	1	1		
	Blumenau	1	1	1	1		
	Joinville	1	1	1	1		
PI	Teresina	1		1			
AM	Manaus	1	1			1	
AC	Rio Branco	1		1			
AP	Macapá	1				1	
RO	Porto Velho	1	1	1			
PA	Belém	1		1			1
	Ananindeua	1		1			1
	Santarém	1		1			1
Total		99	64	52	46	18	21

ANEXO III - QUESTIONÁRIO DOS MUNICÍPIOS QUE TINHAM O PMSB ELABORADO

Identificação			Questionário																								
UF	Município	População (hab.)	1.	2.				3.	4.	5.		6. (R\$)	7.	8.	9.	10.				11.	12.				13 ¹	17.	18.
				Abast.	Esgot.	Resid.	Dren.			Col.	Trat.					Aud.	Cons.	Semin.	Conf.		S. Mun.	D. San.	GT. San.	Outros			
MG	Belo Horizonte	2.385.640	1	1	1	1	1	1	1	2015															Link	1	ARSAE
	Juiz de Fora	520.811	1	1	1	1	1	1	1	2033	2033	309.545.086,14	1	1	1	1	1	1	1	aumentem sensivelmente		1	SEPLAG		Link	1	ARSAE
	Contagem	608.715	1																							1	ARSAE
	Uberlândia	611.904	1	1	1	1	1	1	1	2020	2014	105.402.709,00	1	1	1		1			aumentem um pouco			Comitê Técnico de Regulação dos Serviços Municipais de Saneamento Básico – CRESAN		Link	1	CRESAN
	Betim	383.571	1			1																				1	ARSAE
SP	Santos	419.509	1	1	1	1	1	1	1	2039	Já existe	471.186.598,37	1	1	1	1									Link		
	Jundiaí	373.713	1			1																					
	Piracicaba	367.290	1	1	1	1	1	1	1		Já existe	228.523.425,02	1	1	1	1	1			aumentem sensivelmente			Serviço municipal de água e esgoto, secretaria de obras e secretaria de defesa do meio ambiente		Link	1	ARES - PCJ

¹ Os links dos arquivos estão disponíveis no **Quadro 4**.

Legenda

1 Sim

2 Não

 Resposta em branco

Identificação			Questionário																									
UF	Município	População (hab.)	1.	2.				3.	4.	5.		6 R\$.	7.	8.	9.	10.				11.	12.				13 ¹	17.	18.	
				Abast.	Esgot.	Resid.	Dren.			Col.	Trat.					Aud.	Cons.	Semin.	Conf.		S. Mun.	D. San.	GT. San.	Outros				Inexiste
SP	Ribeirão Preto	612.340	1			1																			2			
	Diadema	388.576	1	1	1	1	1	1	1	2018	2018	72.943.000,00	1		1	1			1							Link		
	Limeira	278.093	1	1	1	1	1	1	1	Já existe	2016		1	1	1	1				aumentem sensivelmente					Agência Reguladora		1	ARSEP - PCI
	São Paulo	11.316.119	1	1	1	1	1	1	1	2024	2024				1	1									Link	1	ARSEP	
	Mauá	421.184	1	1	1	1	1	1	1	2014	2015	200.000.000,00	1	1	1	1	1	1		Aumentem um pouco		1			Agência Reguladora	Link	1	ARSAE-MAUA
	Taubaté	281.336	1	1	1	1	1	1	1	2015	2014	41.397.722,16	1	1											Link			
	São José dos Campos	636.876	1	1	1	1	1	1		2016	2016		1		1	1									Link	1	ARSEP	
	Sorocaba	593.776	1	1	1	1	1	1		2019	2019	138.000.000,00	1	1	1	1									Link			
	Franca	321.012	1	1	1	1	1	1	1	Já existe	Já existe	112.501.411,00	1	1	1	1				aumentem sensivelmente					Secretaria de Serviços e Meio Ambiente	Link	1	ARSEP
Guarulhos	1.233.436	1	1	1	1		1	1	2033	2023	1.255.115.000,00	1																

¹ Os links dos arquivos estão disponíveis no **Quadro 4**.

Legenda

1 Sim

2 Não

Resposta em branco

Identificação			Questionário																									
UF	Município	População (hab.)	1.	2.				3.	4.	5.		6. R\$	7.	8.	9.	10.				11.	12.				13 ¹	17.	18.	
				Abast.	Esgot.	Resid.	Dren.			Col.	Trat.					Aud.	Cons.	Semin.	Conf.		S. Mun.	D. San.	GT. San.	Outros				Inexiste
SP	Santo André	678.486	1	1	1	1	1	1	1	2016	2016	115.025.637,00	1	1	1	1	1								Link	2		
	São Bernardo do Campo	770.253	1	1	1	1	1	1	1	2030	2040	658.837.704,41													Link	1	AR-SBC	
	Praia Grande	267.307	1	1	1	1	1	1	1	2020	2018	727.272.406,00	1	1											Link			
	Suzano	265.074	1	1	1	1	1	1	1	2038	2038	174.396.254,66		1	1	1	1			umentem sensivelmente			Conselho de Saneamento			1	ARSESP	
	Campinas	1.090.386	1	1	1	1	1	1	1	2020	2016	641.724.000,00	1	1	1	1	1			umentem sensivelmente			Secretaria do Verde e Desenvolvimento Sustentável e		Link	1	ARES-PCJ	
	Mogi das Cruzes	392.196	1	1	1	1	1	1	1	2040	2040	200.000.000,00	1	1	1	1					umentem sensivelmente			SEMAE		Link	1	ARSEP
	Osasco	667.826	1																						Link			
	São Vicente	334.663	1	1	1	1	1	1		2018	2018	482.719.483,00		1	1	1		1		não terá efeito nos investimentos			SEOSP, SEPLAN, CODESAVI		Link	1	ARSESP	
	Guarujá	292.744	1	1	1	1	1	1	1	2020	Já Existe	338.195.410,00	1	1											Link			
Itaquaquecetuba	325.518	1	1	1	1	1	1	1	2019	2019	148.184.763,49	1	1	1	1				umentem sensivelmente		1				1	ARSESP		
RJ	São João de Meriti	459.379	1																							2		
	Rio de Janeiro	6.355.949	1	1	1			1	1	2030	2020		1		1	1								Link	2			

¹ Os links dos arquivos estão disponíveis no **Quadro 4**.

Legenda

1 Sim

2 Não

Resposta em branco

Identificação			Questionário																											
UF	Município	População (hab.)	1.	2.				3.	4.	5.		6.	7.	8.	9.	10.				11.	12.				13 ¹	17.	18.			
				Abast.	Esgot.	Resid.	Dren.			Col.	Trat.					Aud.	Cons.	Semin.	Conf.		S. Mun.	D. San.	GT. San.	Outros				Inexiste		
RJ	Nova Iguaçu	799.047	1	1	1			1	1	2032	2032	1.445.378.178,51	1	1	1	1	1	1	1	aumentem sensivelmente				1	Link	2				
	Campos dos Goytacazes	468.087	1	1	1		1	1	1	2030	2030	327.155.877,00	1	1	1	1		1			aumentem sensivelmente	1			Sec. Municipal de Obras, Urbanismo e Infraestrutura		-	2		
PR	Curitiba	1.764.541	1	1	1	1	1	1	1	2024	2034		1	2	1	1	1	1			aumentam sensivelmente				Secretaria Municipal do Meio Ambiente		Link	2		
	Maringá	362.329	1	1	1	1		1	1	2019	2019		1												Link	1	AMR - Comsan			
	Ponta Grossa	314.518	1	1	1			1	1	2019	2019	22.975.000,00	1		1	1									Link	1	ARAS			
	Londrina	511.279	1	1	1	1		1	1				2	2	2						aumentem sensivelmente	1					2			
	Cascavel	289.340	1	1	1	1	1	1	1	2025	2025	50.000.000,00	1	1	1	1	1					aumentem sensivelmente				Secretaria Municipal do Meio Ambiente			2	
	São José dos Pinhais	268.808	1	1	1	1	1	1	1	2032	2032	46.820.000,00			1	1									Link					
	Foz do Iguaçu	255.900	1	1	1	1		1				43.170.000,00	2												Link					
CE	Juazeiro do Norte	252.841	1	1	1	1	1	1	1	2031	2031	223.075.057,00	1	1	1	1		1	1								1	ARCE		
	Fortaleza	2.476.589	1			1																					1	ACFOR		
ES	Serra	416.029	1	1	1			1	1	2025		542.248.000,00	1												Link	1	ARSI			

¹ Os links dos arquivos estão disponíveis no **Quadro 4**.

Legenda

1 Sim

2 Não

 Resposta em branco

Identificação			Questionário																										
UF	Município	População (hab.)	1.	2.				3.	4.	5.		6. R\$	7.	8.	9.	10.				11.	12.				13 ¹	17.	18.		
				Abast.	Esgot.	Resid.	Dren.			Col.	Trat.					Aud.	Cons.	Semin.	Conf.		S. Mun.	D. San.	GT. San.	Outros				Inexiste	
MT	Cuiabá	556.299	1	1	1			1	1	2023	2023	671.228.358,57	1	1	1	1					1					1	Link	1	AMAES
SC	Florianópolis	427.298	1	1	1	1	1	1	1	2032	2032	1.133.000.000,00	1	1	1	1		1								1	Link	1	AGESAN
	Blumenau	312.635	1	1	1	1	1	2	1	2050	2050	404.538.000,00	2	2	2												Link	1	AGIR
	Joinville	520.905	1	1	1			1	1	2035	2035	678.172.000,00	2	1	1	1	1		1								Link	1	AMAE
PA	Santarém	297.040	1	1	1			1	1	2032	2032	197.385.346,25	1	1	1	1	1					1						1	ARCON
	Belém	1.402.056	1	1	1			1	1	2033	2033	915.730.000,00		1	1	1	1	1				1						1	AMAE
	Ananindeua	477.999	1	1	1			1	1	2030	2030	201.467.760,00		1	1	1	1					1						1	ARCON
GO	Anápolis	338.545	1	1	1			1	1	2015	2015	307.803.110,96	1	1	1	1												1	AGR
	Aparecida de Goiânia	465.093	1	1	1			1	1	2015	2015	780.213.123,00	1	1	1	1												1	AGR
RR	Boa Vista	290.741	1	1	1	1	1																					1	AMSAB
RO	Porto Velho	435.732	1	1	1			1	1	2039	2039	671.999.890,00	1	1	1	1												2	

¹ Os links dos arquivos estão disponíveis no **Quadro 4**.

Legenda

1 Sim

2 Não

 Resposta em branco

ANEXO IV – QUESTIONÁRIO DOS MUNICÍPIOS QUE NÃO TINHAM O PMSB ELABORADO

Identificação			Questionário									
UF	Município	População	1.	14.			15.		16.		17.	18.
				Andam.	Contrat.	NDA	mês	ano	mês	ano		
MG	Uberaba	299.361	2	1							1	
	Ribeirão das Neves	299.729	2								1	ARSAE
	Governador Valadares	264.960	2	1			agosto	2014				
	Montes Claros	366.135	2			1					1	ARSAE
SP	São José do Rio Preto	412.076	2	1			março	2014			2	
	Bauru	346.077	2	1			setembro	2014				
	Carapicuíba	371.502	2		1							
DF	Brasília	2.609.998	2								1	ADASA
RJ	Belford Roxo	472.008	2	1			outubro	2014			2	
	Duque de Caxias	861.158	2		1						2	
	São Gonçalo	1.008.065	2	1			agosto	2014			2	
	Volta Redonda	259.012	2	1			dezembro	2014			2	
	Niterói	489.720	2		1							
	Petrópolis	296.565	2		1							
CE	Caucaia	330.855	2	1							1	ARCE

Legenda

- 1** Sim
2 Não
NDA Nenhuma das situações anteriores

 Resposta em branco

Identificação			Questionário									
UF	Município	População	1.	14.			15.		16.		17.	18.
				Andam.	Contrat.	NDA	mês	ano	mês	ano		
ES	Vila Velha	419.854	2	1			junho	2014			2	
	Vitória	330.526	2	1			setembro	2014			1	ARSI
BA	Feira de Santana	562.466	2								1	AGERSA
	Vitória da Conquista	310.129	2			1			dezembro	2015	1	AGERSA
RS	Caxias do Sul	441.332	2	1								
	Gravataí	257.428	2	1				2014			1	AGERGS
	Santa Maria	262.369	2	1				2014			2	
PB	Campina Grande	387.644	2	1			dezembro	2014			1	ARPB
	João Pessoa	733.155	2			1					1	ARPB
PE	Jaboatão dos Guararapes	649.788	2	1					abril	2014	2	
RN	Natal	810.780	2		1		maio	2014			1	ARSBAN
MT	Várzea Grande	255.449	2	1								
SE	Aracaju	579.563	2		1		novembro	2014	fevereiro	2014	2	
PI	Teresina	822.364	2	1			julho	2014			1	ARSETE
AC	Rio Branco	342.299	2		1				abril	2014	1	AGEAC
AP	Macapá	407.023	2									
GO	Goiânia	1.318.149	2		1						1	AGR
AL	Maceió	943.110	2		1							
AM	Manaus	1.832.424	2	1				2014			1	ARSAM

Legenda

1 Sim

2 Não

NDA Nenhuma das situações anteriores

 Resposta em branco